

A sociologia perante a crise: quatro ideias para um debate

Sociology Before Crisis: Four Ideas for a Debate

JOSÉ MADUREIRA PINTO

Faculdade de Economia e Instituto de Sociologia

Universidade do Porto

jmp@fep.up.pt

O presente texto retoma e desenvolve os argumentos expostos pelo autor numa discussão sobre «Perspectivas sociológicas ante la crisis social»¹, e estrutura-se em torno de *quatro ideias* fundamentais. As duas primeiras prendem-se com o modo de inserção da sociologia no debate público sobre a crise social contemporânea, acabando por remeter, ainda que superficialmente, para uma interrogação mais geral sobre os usos sociais da disciplina. As outras duas ideias estão voltadas para o enunciado de domínios substantivos cujo aprofundamento se afigura útil, tanto na perspectiva de uma análise sociológica das causas estruturais da crise, como na da identificação de alguns dos obstáculos sociais à sua superação.

RESISTIR À PRESSÃO DA URGÊNCIA MEDIÁTICA

A actual crise desencadeia problemas sociais que, pelo dramatismo e grau de mediatização de que se revestem, pressionam frequentemente os sociólogos no sentido de, em registo de urgência, tomarem posição pública sobre os seus principais desenvolvimentos e desenlaces prováveis.

Ora, tendo em conta o quadro de relações de força simbólico-culturais que, sob o comando das lógicas do campo político-mediático, vêm conduzindo o processo de tematização da «crise económica» e a delimitação do espaço de opiniões enunciáveis e consensualizáveis a seu respeito, parece aceitável pedir aos sociólogos que *resistam à tentação de responder com urgência aos «problemas sociais urgentes»*. A não ser assim, correrão o risco de agregar ao

¹ Mesa redonda integrada no *Encuentro Ibérico de Sociología* subordinado ao tema *La sociología ibérica ante la crisis global*, organizado pela Federación Española de Sociología e pela Associação Portuguesa de Sociologia (Madrid, Fundación Ortega-Marañón, 2-3 de março de 2012).

valor de troca das evidências do senso comum e das categorias do discurso pericial dominante sobre a crise, o valor de uso simbólico e correspondente mais-valia persuasiva que os enunciados socialmente reconhecidos como científicos tendem a veicular — podendo desse modo contribuir, ainda que inintencionalmente, para a legitimação/naturalização/reprodução de alguns dos principais fundamentos e sequelas da própria crise.

Esta perspectiva genérica sobre o papel social da sociologia, que alguns interpretarão como uma despropositada forma de aristocracismo intelectual ou como timorata fuga às responsabilidades da «public sociology» na acepção proposta por Michael Burawoy (Burawoy, 2005; Pinto, 2007; Pinto, 2008), apoia-se num conjunto de orientações epistemológicas, de que vale a pena destacar três.

A primeira consiste em assumir a *historicidade* e *pluridimensionalidade* dos fenómenos/problemas sociais, mesmo quando estes, pelo seu dramatismo, se impõem, na agenda político-mediática, como falha ou disfuncionamento bem localizado e circunstancial a que importa «responder» de imediato e sem rodeios com as «armas» da sociologia. Todos os fenómenos sociais são, como dizia Marcel Mauss, factos sociais «totais» (Mauss, 1966 [1950]), inscritos — acrescente-se — numa diacronia também ela «total». Nesta perspectiva, e em ruptura, concretamente, com a visão que consiste em tomar o conteúdo aparente dos objectos/problemas «económicos» como único domínio a reter no modelo interpretativo que a respeito deles se conceba, impõe-se começar por identificar a vasta série de dimensões (políticas, ideológico-culturais, educacionais...) implicadas, quer em termos sincrónicos, quer em termos diacrónicos, na crise «económica» em curso.

Tomemos como exemplo os modos de abordagem do fenómeno do *endividamento das famílias*, uma das componentes da crise mais intensamente presentes nas agendas mediáticas. Sabe-se que ele é hoje encarado muitas vezes como manifestação de uma perversa compulsão consumista de actores conjunturalmente destituídos da sua «natural» racionalidade, comportamento esse que, entretanto, «o mercado» se estará encarregando de punir (ou «reajustar») por intermédio de drásticos cortes de crédito e/ou expeditas penhoras — numa paradoxal derrogação do princípio da «soberania do consumidor», tão respeitavelmente invocado, aliás, no discurso económico dominante, para dar conta da dinâmica das escolhas económicas individuais. Ora, se, aceitando o princípio maussiano de que não há acção económica que não contenha em si o mundo social na sua globalidade, fizermos o esforço intelectual de associar aos comportamentos de consumo uma panóplia de aspectos ligados especificamente à acção do Estado (desregulação do sistema financeiro e das condições de acesso ao crédito, promoção/liberalização do mercado de habitação, elaboração e aplicação da legislação sobre publicidade, etc.), à construção social de aspirações (expansão de indústrias culturais globais, difusão do individualismo hedonista através do marketing e outras técnicas de aliciamento consumista), à precarização alargada das relações laborais, entre outros aspectos constitutivos da ordem social contemporânea —, dificilmente deixará de se reconhecer quão vaga, enviesada, fictícia e até inconsequentemente moralista é a visão corrente sobre o endividamento das famílias a que acima se alude. A persistência de tal visão revelar-se-á, aliás, tão mais intrigante e anómala quanto melhor se souber que existe, na Economia, uma antiga, porém recalcada, tradição de *análise integrada* dos fenómenos do consumo, em geral, e do endividamento

das famílias, em particular, em que é dado o necessário relevo às dimensões «extra-económicas» referenciadas².

A segunda orientação epistemológica que aqui se assume aponta no sentido de a análise sociológica das manifestações da crise incluir, tanto quanto possível, uma indagação sobre as suas *causas*, ainda que esta exigência possa ser vista como ingénuo cedência a um ultrapassado modelo positivista do conhecimento. Não se ignora, ao fazer semelhante proposta, toda a prudência que em sociologia deve haver quando se invoca a categoria de causa e se adere à ambição de construir modelos explicativos dos processos sociais. Vale a pena lembrar, no entanto, que são precisamente as conjunturas sociais de crise – quando os mecanismos de reprodução social, perdendo eficácia ou entrando em colapso, ganham retrospectivamente visibilidade inusitada – aquelas que tornam particularmente premente, e ao mesmo tempo facilitada, a explicação em sociologia. Quanto à importância política desta indagação sobre as causas dos fenómenos/problemas sociais, vale a pena invocar a máxima de Bossuet, teólogo seiscentista e grande doutrinador do absolutismo, recuperada por Pierre Rosanvallon, na sua mais recente reflexão sobre as questões da desigualdade, enquanto «*paradoxo de Bossuet*»: «Dieu se rit des hommes qui se plaignent des conséquences alors qu'ils en chérissent les causes» (Rosanvallon, 2011: 17).

O terceiro argumento para recusar responder com urgência aos problemas sociais urgentes resulta do facto de ser muito vasto e assaz conclusivo – portanto, intelectualmente incontornável – o património de conhecimentos sociológicos acumulados, após validação empírica, sobre fenómenos e mecanismos sociais que estão em jogo na crise actual.

Refira-se, a título meramente ilustrativo, tudo o que, ao longo dos tempos, os sociólogos já disseram sobre causas, consequências, manifestações pessoais, grupais e sociais do *desemprego*. Ao falar, hoje, de desemprego de longa duração, será aceitável, por exemplo, ignorar os lendários estudos de Marie Jahoda e Hans Zeisel, orientados por Paul Lazarsfeld – e é de três nomes tantas frequentemente conotados com um empobrecedor positivismo quantitativista que estamos a falar – sobre a morte social e o sofrimento silencioso dos desempregados de Marienthal no início dos anos 1930 (Lazarsfeld, Jahoda, Zeisel, 1981 [1932])? E, para pensar a relação dos mais jovens com o desemprego (esse tão recorrente tópico da agenda mediática), não será crucial invocar o muito que na sociologia se tem estudado sobre precarização de vínculos profissionais, sobre construção social das identidades juvenis ou sobre a incerta valorização dos saberes e títulos escolares no mercado de trabalho?

Mas o argumento permanece válido a muitos outros propósitos. Assim – e para continuar a invocar temas frequentemente associados com a crise –, que sentido faz responder em nome da sociologia a questões relacionadas com imigração e racismo, com precarização, pobreza ou exclusão ou com delinquência juvenil, cultura de rua e criminalidade, aceitando prescindir de conhecimentos laboriosamente testados e consolidados pela pesquisa de sucessivas gerações de sociólogos, com a única justificação de que a invocação desses recursos

² Ver, entre outras referências incontornáveis, Veblen, T. (1973 [1899]), *The theory of the leisure class*, Boston, Houghton Mifflin Company e Galbraith, J. K. (1958), *The affluent society*, Boston, Houghton Mifflin Company.

argumentativos é incompatível com o tempo televisivo ou com as dinâmicas da leitura rápida?³.

Cinco minutos ou 1000 palavras para expor coerentemente um ponto de vista sociológico sobre os «problemas da crise» — será pedir muito?

EVITAR A ESSENCIALIZAÇÃO DAS CAUSAS DA CRISE

O dramatismo da crise faz apelo a diagnósticos que, compreensivelmente, nem sempre se demarcam de uma tendência de essencialização da raiz dos problemas. A utilização da expressão «*neoliberalismo*» insere-se frequentemente nessa tendência.

Embora, nos seus usos mais criteriosos, não deixe tal noção de actuar como uma justa denúncia dos aspectos e efeitos mais gravosos da financeirização e desregulação da economia, a verdade é que ela se tem inserido demasiadas vezes em contextos argumentativos em que os objectivos ideológicos sobrelevam claramente as exigências de análise baseadas no conhecimento das ciências sociais. A invocação ritualizada do «neoliberalismo» acaba então por levar a pensar a crise como o resultado da engrenagem quase naturalizada dos «mercados» ou de uma «intenção», vagamente associada, em termos sincréticos, ao chamado «consenso de Washington».

Ora, perspectivar sociologicamente a crise tem outras exigências: implica o exame circunstanciado dos mecanismos financeiros, económicos, políticos, ideológico-culturais que, segundo configurações diversificadas, vêm interferindo nas estruturas de oportunidades, valores, representações sociais e esquemas disposicionais ao alcance dos indivíduos e grupos, condicionando as suas práticas concretas, e deles fazendo agentes de produção e reprodução da crise. Não se trata de desvendar «substâncias» ou «intenções» mais ou menos perversas, trata-se, isso sim, de identificar sistemas de relações objectivas (propriedades, lógicas de reprodução e rupturas estruturais) que, impondo-se aos agentes sociais enquanto constrangimentos, sistemas de interesses e espaços de possíveis, determinam, dentro de limites variáveis e instáveis, os comportamentos individuais e colectivos.

As crises, mais do que os ciclos longos da produção e reprodução social, são o lugar por excelência de contradições estruturais, de dessincronizações notáveis, de complexas sobreposições de inércias e emergências, de desencontros entre a força da história objectivada e a força da história subjectivada. Fará algum sentido, nestas condições, continuar a acreditar que a compreensão dos fenómenos em causa e, por maioria de razão, a intervenção no seu curso possa basear-se na alusão impressionista a entidades essencializadas como são o «neoliberalismo» e o «Mercado»? E não será igualmente inconsequente, do ponto de vista

³ Para se ter uma noção da diversidade de perspectivas teóricas e de resultados de pesquisa empírica que será necessário dominar no momento de abordar com o mínimo de autenticidade e prudência sociológicas problemas tão mediatizados, e aparentemente tão acessíveis, como os que constam deste parágrafo, nada melhor do que consultar um bom manual de introdução aos temas em causa (ver, a título ilustrativo, para o caso do hipermediatizado problema da delinquência, Mauger, G. (2009). *La sociologie de la délinquance juvénile*, Paris, Éditions La Découverte, um texto de introdução à literatura sociológica sobre o tema exemplarmente sucinto, rigoroso e abrangente).

sociológico, apontar, sem mais especificações, quer o «Estado», quer a própria «Sociedade Civil» como instâncias essencialmente redentoras face à ordem social «neoliberal»? Múltiplas pesquisas demonstram que foram as modalidades concretas de intervenção/omissão do Estado na economia que construíram o mercado nas suas diferentes configurações⁴. Será então legítimo, do ponto de vista da análise sociológica da crise social contemporânea, ignorar a especificidade e espessura histórica das teias de relações sociais concretas assim constituídas, continuando a querer subsumi-las na incerta mancha de umas tantas essências ou intenções, ora inelutavelmente perversas, ora naturalmente emancipadoras?

OBJECTIVAR A DIMENSÃO ECONÓMICA DAS CAUSAS DA CRISE EM TODAS AS SUAS FRENTES

Mesmo aqueles que, no campo das ciências sociais, foram revelando maior relutância em assumir, genericamente, a importância da *dimensão económica* dos fenómenos sociais (assim se distanciando, aliás, também eles, do princípio maussiano atrás identificado), poucas dúvidas terão em aceitar a importância central dessa dimensão na gestação e desenvolvimento da actual crise social.

A ideia que aqui se quer defender é a de que a sociologia, ao abordar esta última, não só terá de concentrar parte importante da sua energia na análise da «questão económica», como terá vantagem em fazê-lo focando-se em três objectivos que, embora interrelacionados, merecem ser distinguidos: (1) analisar sociologicamente «*A Economia*»; (2) estudar «*Economia*»; (3) analisar sociologicamente a «*economia*».

Ao apontar o propósito de *analisar sociologicamente «A Economia»* está-se a querer dizer que, para perceber a actual crise, é prioritário objectivar o modo como evoluiu nas últimas décadas o campo de produção e difusão de conhecimentos nesta área. Não se trata de um trabalho de pesquisa que possa cingir-se ao sistema de relações de força internas ao campo científico (modelos organizacionais, hierarquias académicas, conflitos intra ou interdisciplinares), embora algumas das suas dinâmicas possam explicar, pelo menos em parte, o movimento de radical normalização paradigmática (em sentido kuhniano) e de atracção/submissão relativamente ao cânone formalista das chamadas ciências «duras» ou «exactas» que tem marcado a história recente da Economia. Trata-se, além disso, de analisar o desenvolvimento de uma área institucionalizada de saber que, pelas relações estabelecidas com o campo político-mediático, com outros campos da produção de conhecimentos (incluindo a sociologia), e, já se vê, com o próprio campo económico (através quer das políticas macroeconómicas quer das práticas de gestão), tem vindo a moldar, de uma forma e com uma intensidade porventura inéditas, as condições objectivas e subjectivas de existência nas sociedades contemporâneas.

Analisar de que modo a Economia Neo-clássica (em coligação eventual com uma variante formalizada e normalizada do Keynesianismo) se foi transformando em paradigma capaz

⁴ Para uma análise integrada e não economicista dos fenómenos e processos sociais que, enformando o campo económico-empresarial e estruturando a formação e desenvolvimento diferenciado do(s) mercado(s), transportam o Estado e a política para o coração da economia, cfr., entre outros, N. Fligstein (2002), e P. Bourdieu (2000).

de monopolizar os critérios de legitimidade académico-científica no âmbito de um espaço de produção de conhecimentos que antes fora capaz de acomodar, criativamente e em coexistência relativamente pacífica, uma grande diversidade de perspectivas teóricas, constituirá, por si só, um exercício intelectual altamente estimulante, tantas e tão insidiosas serão as dinâmicas de poder do campo científico que ele permitirá desvendar.

Na perspectiva que aqui propomos, está desenhado um outro desafio: o de tentar perceber como os circuitos «laicos» de reflexividade social, alimentados pelo saber de um corpo sacralizado de «peritos» em Economia que a si mesmo se legitima com o beneplácito dos poderes instituídos, se puderam transformar, enquanto sistemas de crenças económicas, em poderosos instrumentos de dominação ideológica e de conformação disposicional e prática. Neste sentido, uma análise sociográfica elementar dos percursos profissionais, das filiações institucionais, das ligações aos centros de poder económico e aos pólos dominantes do campo político do conjunto de comentadores e *opinion makers* que, no espaço dos *media*, constroem dia-a-dia o espectro da crise e consagram as soluções adequadas a ultrapassá-la bastaria para começar a revelar de que modo e até que ponto as tomadas de posição aí expostas sob a aparência do mais insuspeito tecnicismo podem, afinal, ser o efeito, embora refractado, de posições objectivamente ocupadas no campo do poder. Não menos relevante será analisar, por outro lado, de que modo foram sendo tecidos e reproduzidos, em diferentes pontos do espaço social, os sistemas de afinidades prático-simbólicas com o argumentário «neo-liberal» que têm sustentado consensos relativamente alargados sobre a ordem económica dominante. Nesta linha, há todo um trabalho de pesquisa observacional fina a realizar em cenários sociais que vão das práticas de ensino e de conformação ideológica das escolas de economia e gestão aos círculos de produção e circuitos de difusão da retórica publicitária, passando pelos rituais de consagração mediática dos valores e estilos de vida das elites gestionárias ou mesmo pelos próprios padrões de interacção (e formas de socialização adjacentes) de serviços públicos em transe de «modernização»⁵.

Se é verdade que os princípios fundamentais do paradigma neo-clássico continuam a enformar grande parte dos programas de investigação em Economia, transformando-o, por via dos avatares ideológicos e corolários de política económica que lhe estão associados, num sofisticado instrumento de legitimação da ordem económica liberal, outras correntes, ainda que minoritárias e tendencialmente subalternizadas, vão fazendo o seu caminho no campo disciplinar em causa, não sendo de excluir que possam constituir-se em aliados preferenciais da Sociologia nas tarefas de análise da actual crise social. Neste sentido, *impõe-se que os sociólogos não desistam de estudar Economia*.

A tendência recente para redescobrir e reabilitar cientificamente uma espécie de «contra-clássicos» prematuramente recalçados pelo *establishment* académico — como são notoriamente

⁵ Para uma estimulante e, de algum modo, pioneira abertura de perspectivas analíticas a respeito destes domínios, ver, por exemplo, Lebaron, F. (2000), *La croyance économique. Les économistes entre science et politique*, Paris, Éditions du Seuil, Boltanski, L., Chiapello, E. (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Éditions Gallimard e Dubois, V. (1999), *La vie au guichet. Relation administrative et traitement de la misère*, Paris, Economica. Ver ainda, em registo mais distanciado das dinâmicas da pesquisa observacional, Sennett, R. (2006), *The culture of the new capitalism*, New Haven e Londres, Yale University Press.

os casos de Thorstein Veblen e Karl Polanyi — dá a entender que o investimento intelectual acima preconizado poderá ser particularmente fecundo. É patente, de facto, que ao deslocarem o enfoque da Economia em direcção quer à restituição da historicidade dos factos económico-sociais, quer à identificação dos quadros culturais e político-institucionais que sempre condicionam as práticas económicas, há nessas orientações campo aberto para um diálogo construtivo e fecundo com outras ciências sociais, com destaque para a sociologia. Isto mesmo é confirmado ainda pelo facto de, algo surpreendentemente, se estar desenhando, no espaço intelectual que em Economia se reivindica do Institucionalismo de matriz vebleniana, um modo de abordagem dos fundamentos da acção económica francamente convergente com conhecidas propostas sociológicas de teorização geral das práticas sociais. Neste sentido, vale a pena, por exemplo, registar a aproximação de Geoffrey Hodgson e outros autores ligados ao *Journal of Institutional Economics* quer à teoria bourdieusiana da prática, quer à perspectiva de Margaret Archer sobre as relações entre *structure* e *agency* (Fleetwood, 2008; Gronow, 2008).

Mas uma releitura atenta da extensa obra de um economista como John Kenneth Galbraith, que, embora influenciado por Veblen e outros teóricos da Economia Institucionalista americana, nunca abdicou de dialogar activamente com as correntes dominantes da Economia, poderá do mesmo modo oferecer aos sociólogos instrumentos preciosos para a abordagem da crise. Dentro de um quadro de referência teórica bem demarcado tanto do a-historicismo e formalismo do paradigma neo-clássico, como, por maioria de razão, das suas versões ideológicas correntes («*conventional wisdom*»), pertence a John K. Galbraith, por exemplo, uma pioneira contribuição para a compreensão do processo de indução de necessidades e de propensões consumistas comandado pelos interesses das grandes organizações económicas. Mas não menos pioneiras, desencantadas e úteis para a compreensão da crise actual foram a análise que conduziu sobre as estreitas relações entre esses mesmos interesses e o poder político ou a extensa demonstração que propôs acerca do papel da especulação financeira no cíclico desencadear das crises económicas. Como significativa foi também a sua contribuição para o conhecimento do poder e privilégios da tecnoestrutura empresarial nas economias avançadas, essencial, por seu turno, para revelar toda a fecundidade analítica (que, aliás, a sociologia das classes sociais tão bem soube incorporar) da distinção entre propriedade económica e propriedade jurídica dos meios de produção. E até o efeito pró-cíclico do endividamento das famílias, tão influente, como já sugerimos, no processo de emergência e de perpetuação da actual crise, não escapou à atenção e abertura à complexidade do autor de *The Affluent Society*.

Outro bom exemplo do que há a fazer neste movimento de aproximação da Sociologia à Economia será recuperar e estudar com atenção os fundamentos e principais propostas analíticas que, noutra quadrante académico-institucional da Economia, vem sendo desenvolvido pela chamada «Teoria da Regulação», já desde meados dos anos 1970. E isso por algumas razões essenciais: primeiro, porque, tratando-se de uma concepção que se ocupa das grandes tendências, mas também da diversidade historicamente construída, de acumulação do capital, incorpora como questões centrais uma interrogação sobre quais as instituições de base em que se funda a economia capitalista, conferindo-lhe uma espécie de estabilidade dinâmica, e sobre qual o papel que cabe ao Estado e ao seu poder regulador na transformação

daquelas mesmas instituições; depois, porque, sendo uma teoria preocupada em identificar regimes de acumulação, incorpora instrumentos adequados a analisar as *crises* que periodicamente interrompem os ciclos virtuosos de produção e reprodução económica; finalmente — e este será porventura o seu aspecto mais aliciante do ponto de vista da análise sociológica —, porque, quer na análise dos processos de estabilidade dinâmica constitutivos dos regimes de acumulação, quer na das crises que atingem estes últimos, é concedido um lugar central, estrutural e estruturante, a sistemas de disposições subjectivas incorporadas nos agentes económicos, quer enquanto assalariados titulares de direitos sociais, quer enquanto portadores de normas socialmente construídas de consumo, sistemas de expectativas quanto ao futuro, etc. A congruência epistemológica em relação às preocupações analíticas da sociologia parece evidente⁶.

Depois de estudar Economia, nela seleccionando os quadros teóricos que melhor se adequem a uma abordagem sociológica, há que investir fortemente na análise da dimensão económica dos factos sociais. Por outras palavras, impõe-se, hoje mais do que nunca, *estudar sociologicamente a economia*.

E aqui há um mundo de aspectos a esclarecer: quais as lógicas, dinâmicas institucionais e alianças classistas que permitiram a autonomização da esfera financeira relativamente à esfera da produção? Como se institucionalizou, no interior do campo económico, um conjunto de práticas de gestão que impuseram a tirania do curto prazo, mesmo em sectores que historicamente privilegiaram princípios de precaução e normas prudenciais estritas? Como tem sido possível, em nome da intervenção reguladora do Estado, reforçar o peso dos grupos económicos mais poderosos na economia? Como foi possível transmutar modelos gestionários obnubilados por lógicas de competitividade sem princípios em quadros de referência ideológica e em orientações de valores dominantes em domínios de existência aparentemente divorciados das lógicas estritamente económicas? Como foi possível impor na opinião pública, quase sem oposição, uma noção de produtividade que, ignorando a componente organizacional dos processos produtivos, faz depender o seu comportamento de um conjunto de características naturalizadas dos trabalhadores e seus colectivos? Como pode continuar a falar-se do endividamento das famílias numa perspectiva moralista prescindindo de um diagnóstico minimamente realista do que foram durante décadas, com a complacência do Estado, as estratégias de marketing dos grandes grupos económico-financeiros? Como continuar a deplorar a insegurança causada pelas «novas classes perigosas» das periferias, sem analisar em profundidade e em conjunto as lógicas de desenvolvimento do campo da construção civil e das políticas de alojamento das classes populares, bem como, por outro lado, as causas do desemprego e da precariedade laboral ou o fosso entre sistemas de aspirações difundidos pela escola e a estrutura de oportunidades profissionais ao alcance dos mais jovens?

⁶ Para uma visão abrangente das potencialidades analíticas da teoria da regulação, cfr., entre outras obras, Boyer, R. e Saillard, Y. (orgs.) (1995), *Théorie de la régulation. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte e Boyer, R. (2004), *Théorie de la régulation. 1. Les fondamentaux*, Paris, Éditions La Découverte.

DECIFRAR OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO E INCORPORAÇÃO DE DISPOSIÇÕES PARA A MUDANÇA

Uma das questões que mais insistentemente se colocam, hoje, à sociologia — não sem uma implícita pressão para que esta ofereça uma resposta urgente — prende-se com a existência (ou não) de condições «subjectivas» favoráveis à emergência de movimentos sociais capazes de intervir na arena política através da contestação, se não mesmo inversão, do sistema de condicionamentos objectivos e de relações de força que terão estado na origem e continuarão a gerir a crise.

Pairam, a este propósito, as mais variadas dúvidas e perplexidades.

Há, por um lado, um acervo de posições teóricas e de resultados de pesquisa empírica revelando factores que apontam no sentido de a referida emergência ser não só possível, como mesmo muito provável: descontentamento generalizado no seio das classes populares mas também em largas fracções das classes médias em relação à perda de direitos sociais antes assumidos como irrevogáveis; inusitada capacidade de mobilização de amplas franjas das gerações mais jovens através de redes de comunicação virtual muito eficazes; acuidade acrescida, por força da violência da crise, em matéria de percepção das desigualdades económico-sociais; pressão objectiva para a criação de convergências tácticas ou mesmo estratégicas num movimento sindical antes fracturado; emergência e consolidação de uma pluralidade de pólos da sociedade civil com efectiva capacidade de influência das agendas políticas, etc. A verdade é que, em sentido inverso, militam outros tantos argumentos, e não menos plausíveis: expansão do individualismo institucionalizado, com a correspondente erosão de energias cívicas; divórcio generalizado dos cidadãos em relação a quaisquer modalidades de intervenção política; dificuldade em prolongar a eloquência de movimentos massivos de protesto em formas novas ou renovadas de mobilização política sustentada; fechamento dos partidos e forças políticas institucionais a plataformas de entendimento e de acção conjunta, etc.

Perante um tão vasto conjunto de avaliações contraditórias sobre as possibilidades de superação emancipatória da actual crise financeira, económica e social, questões aparentemente tão elementares como a de prever a durabilidade e eficácia de manifestações massivas de indignação em relação à crise (tratar-se-á de inconsequentes comunidades transitórias ou da expressão de novíssimos movimentos sociais em rede?) parecem condenadas a ficar sem resposta firme.

Uma abordagem sistemática do tema dificilmente poderá prescindir de um conhecimento panorâmico sobre o modo como o universo dos valores societais, impregnando a dimensão cultural das sociedades, intervém como matriz enformadora de interpretações, escolhas e orientações individuais e colectivas para a acção. É uma perspectiva com forte enraizamento na tradição sociológica e que, em anos recentes, tem sido privilegiada em sucessivas aplicações do *European Social Survey* com a utilização de uma vasta gama de indicadores permitindo situar os indivíduos numa espécie de grandes eixos motivacionais: um que opõe «abertura à mudança» (privilegiando os valores da autodeterminação, estimulação e hedonismo) a «conservação» (conformismo, tradição e segurança), e outro em que se contrapõem «autotranscendência» (valorizando princípios universalistas e de benevolência) e

«autopromoção» (centrada no poder e na realização). Focando-se mais especificamente nos modos de relacionamento que os cidadãos europeus estabelecem com a política, a recolha de informação propiciada pelo referido inquérito tem demonstrado, em termos genéricos, que esse relacionamento não está isento de distanciamentos e dificuldades várias, antes parece, em muitos casos, marcado por acentuada retração. São muitos aqueles que, no conjunto dos países analisados, reconhecem ser difícil tomar posições políticas e muitos também os que assumem um distanciamento crescente em relação às instituições políticas e seus protagonistas. Sendo certo que a aproximação e participação na vida política assumem dimensões múltiplas, que vão de componentes eminentemente cognitivas às comportamentais, passando pelas que se traduzem fundamentalmente em avaliações e valorizações do poder e das instituições políticas, há razões para temer que, se o divórcio acima referido se extremar, sejam os próprios fundamentos da democracia representativa a ser postos em causa. Ainda assim, valerá a pena ponderar o facto de a incidência do fenómeno estar longe de ser homogénea quer quando se consideram globalmente as realidades nacionais, quer quando, no âmbito de cada uma delas, se atende às clivagens de ordem classista⁷.

Tudo indica que o aprofundamento do conhecimento sobre a rede de geradores e relações prático-simbólicas aqui implicados obrigue a desenhar programas de investigação muito exigentes em termos de recursos teóricos e procedimentos observacionais mobilizáveis.

Uma das mais aliciantes pistas a explorar — e é de um mero exercício ilustrativo que se trata — poderá inspirar-se na análise histórica dos («velhos») movimentos sociais de contestação da ordem capitalista, na convicção de que uma tal indagação terá, entre outras virtualidades, a de revelar que a militância política não é uma propriedade ou essência subjectiva inerente a uma condição social específica — antes foi sempre o produto, contingente mas não fortuito, de propriedades e circunstâncias sociais específicas. Mais precisamente, o produto: (1) de um conjunto de determinações objectivamente associadas à condição social em causa (relação com os meios de produção, processos de trabalho, natureza dos vínculos laborais, estruturas familiares, acesso a recursos culturais); (2) das possibilidades de incorporação, em contextos de socialização bem definidos (trabalho, espaços de residência, redes de sociabilidade), de aptidões e propensões adequadas a traduzir as visões espontaneamente politizadas sobre o mundo em tomadas de posição públicas; e ainda (3) da existência de condições para que a «vocação política» dos cidadãos encontre oportunidades de expressão e reprodução em organizações legitimadas para representar, defender e eventualmente impor, por delegação, os interesses do grupo. Para se ter uma ideia da profusão de hipóteses a explorar no âmbito de tal problemática, vale a pena sublinhar a importância que historicamente tiveram, no processo de criação (ou inibição) de condições de militância política dirigida à contestação da ordem capitalista, contextos particulares de socialização espontânea (portanto, de incorporação disposicional) ligados, em meio operário, à família, às relações de

⁷ Para uma reflexão aprofundada sobre os resultados do *European Social Survey* na perspectiva da análise sociológica dos valores, das desigualdades e da percepção social das desigualdades, deverá ler-se Almeida, J. F. (2013), *Desigualdades e perspectivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

vizinhança, à vida associativa, à participação na vida cultural, para não falar obviamente dos que mais directamente se prendiam com a vida da fábrica e outros constrangimentos a ela intimamente associados.

Ora, não pode deixar de se admitir que o carácter simultaneamente massivo e aparentemente efémero dos movimentos de indignação que maior impacto mediático obtiveram ultimamente seja o produto de um processo de afirmação política (*voice*, para usar a terminologia consagrada por Albert O. Hirschman) que, por ter na sua génese quadros de socialização que, em muitos aspectos, divergem dos que estiveram na base de outros estádios de politização, jamais se exprimirá segundo modelos convencionais de militância. Não é de excluir por outro lado que, apesar de constituírem afloramentos de uma genuína vontade de participação na acção pública, os movimentos em causa se inscrevam numa trajectória de envolvimento durável dos cidadãos com objectivos e interesses privados decantados e difundidos com inusitada eficácia pelo modelo de desenvolvimento neo-liberal. Subtis engrenagens de conformação (*loyalty*), juntamente com dinâmicas centrífugas de emigração ou outras evasões (*exit*) substituir-se-ão, assim, frequentemente, à permanência da *voice* (Hirschman, 1970; Hirschman, 2002 [1982]).

Saber para onde vão esses movimentos talvez tenha então de permanecer largamente como uma incógnita — que, no entanto, a sociologia pode e deve, com tempo, ajudar a decifrar, munindo-se para tanto quer do conhecimento acumulado sobre processos sociais homólogos (se é que o adjectivo é, em bom rigor, plenamente aplicável neste nosso domínio do conhecimento), quer de recursos teóricos inovadores⁸.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J.F. (2013), *Desigualdades e perspectivas dos cidadãos. Portugal e a Europa*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. (1999), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Éditions Gallimard.
- BOURDIEU, P. (2000), *Les structures sociales de l'économie*, Paris, Seuil.
- BOYER, R. (2004), *Théorie de la régulation. 1. Les fondamentaux*, Paris, Éditions La Découverte.
- BOYER, R. e SAILLARD, Y. (orgs.) (1995), *Théorie de la régulation. L'état des savoirs*, Paris, Éditions La Découverte.
- DUBOIS, V. (1999), *La vie au guichet. Relation administrative et traitement de la misère*, Paris, Economica.
- BURAWOY, M. (2005), «For public sociology», *American Sociology Review*, vol. 70 (1): 4-28.

⁸ Vale a pena, nesta perspectiva, atentar no trabalho desenvolvido pela novíssima geração de sociólogos portugueses, com destaque para Monteiro, B. J. (2012), *A política em todos os seus estados. Génese e estruturação da mobilização política no patronato, na intelectualidade e no operariado portugueses na segunda metade do século XX* (2 volumes), Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento).

- FLEETWOOD, S. (2008), «Structure, institution, agency, habit and reflexive deliberation», *Journal of Institutional Economics*, 4 (2): 183-203.
- FLIGSTEIN, N. (2002), *The architecture of markets. An economic sociology of twenty-first-century capitalist societies*, Princeton e Oxford, Princeton University Press.
- GALBRAITH, J. K. (1958), *The affluent society*, Boston, Houghton Mifflin Company.
- GRONOW, A. (2008), «Not by rules or choice alone: a pragmatist critique of institution theories in economics and sociology», *Journal of Institutional Economics*, 4 (3): 351-373.
- HIRSCHMAN, A. O. (1970), *Exit, voice and loyalty*, Cambridge, Massachussets, Harvard University Press.
- (2002 [1982]), *Shifting involvements. Private interest and public action*, Princeton e Oxford, Princeton University Press.
- LEBARON, F. (2000), *La croyance économique. Les économistes entre science et politique*, Paris, Éditions du Seuil.
- MAUGER, G. (2009), *La sociologie de la délinquance juvénile*, Paris, Éditions La Découverte.
- MAUSS, M. (1966 [1950]), *Sociologie et Anthropologie*, Paris, P.U.F.
- MONTEIRO, B. J. (2012), *A política em todos os seus estados. Gênese e estruturação da mobilização política no patronato, na intelectualidade e no operariado portuenses na segunda metade do século XX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Tese de Doutoramento).
- PINTO, J. M. (2007), *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*, Porto, Edições Afrontamento.
- (2008), «‘Open the social sciences: To whom and for what?’, by Michael Burawoy», *Portuguese Journal of Social Science*, 6 (3): 147-154.
- ROSANVALLON, P. (2011), *La société des égaux*, Paris, Éditions du Seuil.
- SENNETT, R. (2006), *The culture of the new capitalism*, New Haven e Londres, Yale University Press.
- VEBLEN, T. (1973 [1899]), *The theory of the leisure class*, Boston, Houghton Mifflin Company.

José Madureira Pinto es profesor catedrático (jubilado) de la Facultad de Economía de la Universidad de Porto. Investigador del Instituto de Sociología de la Facultad de Letras de la Universidad de Porto. Doctorado en Sociología por el Instituto Superior de Ciencias del Trabajo y de la Empresa (ISCTE-IUL) en 1981; agregado en Ciencias Sociales por la Facultad de Economía de la Universidad de Porto en 1992. Ha publicado varios libros entre los que se encuentran *Ideologias: inventário crítico de um conceito*, Lisboa, Presença, 1978; *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*, Porto, Afrontamento, 1985; *Propostas para o ensino das ciências sociais*, Afrontamento, 1994; *Indagação científica, aprendizagens escolares, reflexividade social*, Afrontamento, 2007; *Ir e Voltar: sociologia de uma colectividade local do Noroeste português (1977-2007)*, vol. I (eds., en colaboración con João Queirós), Afrontamento, 2010. Sus áreas de investigación principales son la epistemología y metodología de las ciencias sociales; sociología de la educación, las prácticas culturales y los procesos simbólico-ideológicos; análisis de los fundamentos sociales y políticos de la economía.